

Petroleiros em luta contra o fechamento de Manguinhos

FUP, Sindipetro-RJ e Comissão de Base fazem gestões em todas as esferas para evitar que refinaria encerre suas atividades. Cerca de 500 trabalhadores podem perder o emprego!

Desde o início de julho, quando começou a circular os boatos de que Manguinhos não renovaria mais os estoques de petróleo, os trabalhadores estão em luta contra o encerramento das atividades da refinaria. Pressionados pela categoria, os acionistas admitiram que a empresa está na iminência de fechar as portas, colocando em risco o emprego de cerca de 500 petroleiros, 330 deles, trabalhadores diretos. A FUP, o Sindipetro-RJ e a Comissão de Base de Manguinhos, unidos em um comitê em defesa dos trabalhadores, lançaram a campanha *Não ao fechamento da Refinaria e pela encampação da empresa pela Petrobrás.*

O comitê tem feito gestões junto à direção da Petrobrás e aos governos federal e estadual (RJ), além de reuni-

ões com os acionistas de Manguinhos, para buscar alternativas que impeçam o fechamento da refinaria, evitando a demissão em massa dos trabalhadores. Já houve reuniões neste sentido com o secretário do Rio de Janeiro de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victor, com o então diretor financeiro da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, com o diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa, e com o presidente da Repsol/YPF e do Conselho de Administração de Manguinhos, João Carlos França De Luca.

Várias manifestações públicas contra o fechamento da refinaria também estão sendo organizadas, através de um calendário permanente de mobilização. Na quinta-feira (21), o comitê e os trabalhadores realizaram

um ato em frente à sede da Repsol/YPF, sócia de Manguinhos junto com o Grupo Peixoto de Castro. A FUP cobrou da multinacional responsabilidade social para com as 500 famílias de petroleiros, que correm o risco de perderem seus postos de trabalho, devido a um modelo de gestão que só priorizou lucros em detrimento de investimentos. Na sexta-feira (22), durante a posse do novo presidente da Petrobrás, a Federação também encaminhou ao presidente Lula documento sobre a situação dos trabalhadores da refinaria, solicitando uma audiência urgente com o governo.

NA CORDA BAMBA - Após o ato de quinta-feira em frente à Repsol/YPF, os trabalhadores de Manguinhos

Continua no verso

FUP e sindicatos cobrarão do novo presidente da Petrobrás solução das pendências da Petros

O novo presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, foi empossado na sexta-feira (22), anunciando aos trabalhadores que manterá o mesmo nível de diálogo, respeito e participação que o movimento sindical conquistou na gestão de José Eduardo Dutra. O chão da fábrica (REDUC) foi o palco escolhido para a solenidade de transmissão do cargo de comando da maior estatal do país. E um representante dos trabalhadores (o presidente do Sindipetro-Duque de Caxias, Simão Zanardi Filho), o anfitrião das autoridades presentes, ministros e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Os petroleiros entregaram ao presidente Lula a *Moção de Apoio à Democracia*, aprovada no congresso local da categoria, onde reafirmam solidariedade ao governo e repudiam qualquer tentativa golpista e anti-democrática.

PETROS - O novo presidente da Petrobrás, mais do que qualquer outro executivo da companhia, conhece de perto os problemas da Petros e as soluções possíveis para o equacionamento definitivo desta que é a principal pendência da categoria petroleira. José Sérgio Gabrielli, enquanto esteve à frente da Diretoria Financeira da empresa, reuniu-se diversas

vezes com os representantes dos trabalhadores, inclusive os conselheiros eleitos, para buscar uma solução conjunta para a Petros. A FUP, portanto, entende que o presidente Gabrielli tem todas as condições de atender às reivindicações da categoria. Os petroleiros exigem o saldamento do Plano Petros, cujos déficits são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora; participação dos trabalhadores na gestão da Petros e discussão de um novo modelo previdenciário que atenda às necessidades de toda a categoria (holding e subsidiárias). Estas e outras deliberações do XI CONFUP serão cobradas pelo movimento sindical..

tiveram da empresa a garantia de que não haverá demissões até 19 de agosto. Além desta situação caótica, os petroleiros ainda convivem com o arrocho salarial, já que estão sem reajuste desde o ano passado. Com data-base em maio, eles rejeitaram a proposta da refinaria de reajuste zero. A luta da categoria agora é também por garantia de emprego por pelo menos um ano a partir da assinatura do ACT.

CRISE ANUNCIADA - Após a quebra do monopólio, as refinarias privadas tiveram cinco anos para se adequarem à nova realidade do mercado, com as mesmas garantias que tinham antes da desregulamentação do setor, ocorrida em 1997. Mas, com o fim destas condições especiais, em julho de 2002, a crise em Manguinhos já estava anunciada.

Sem investimentos por mais de uma década, mesmo após a associação com a gigante Repsol/YPF, a refinaria não conseguiu garantir competitividade no mercado aberto. Apesar dos constantes alertas dos trabalhadores,

nem mesmo a ANP cumpriu seu papel de fiscalizadora, mantendo-se omissa, em vez de acompanhar se a refinaria estava investindo o que deveria naquele período de transição.

ENCAMPAÇÃO - O resultado desta crise anunciada é a situação atual de Manguinhos: trabalhadores sem garantia alguma, na iminência de serem demitidos em massa. Ou seja, como sempre acontece em uma economia de mercado, cujos modelos de gestão seguem as premissas do neoliberalismo. Daí a necessidade urgente de discutirmos de forma ampla mudanças na lei do petróleo, como propõe a FUP.

Ciente da responsabilidade que o Estado deve ter diante desta questão, os petroleiros defendem a encampação das refinarias privadas (Manguinhos, Ipiranga e os 30% da REFAP/SA). Proposta aprovada no XI CONFUP, a encampação é uma das principais bandeiras da campanha reivindicatória da categoria e também faz parte da luta contra a 7ª rodada de licitação de campos petrolíferos.

FAFEN

Trabalhadores avançam no embate sobre a reestruturação do setor

Os trabalhadores, finalmente, estão participando de forma propositiva das discussões em torno da reestruturação de um setor estratégico da Petrobrás, uma questão considerada, até então, de gestão exclusiva da companhia. Na reunião do último dia 20 com a FUP, CNQ e os sindicatos da Bahia e de Alagoas/Sergipe, a empresa formalizou uma proposta de reestruturação da FAFEN que avança em relação às principais reivindicações dos trabalhadores.

A Petrobrás propõe criar a gerência de Petroquímica e Fertilizantes, à qual serão atreladas as duas fábricas da FAFEN, que passarão a atuar como unidades de negócio de gestões autônomas. Como sabemos, a FAFEN atualmente está ligada à diretoria de Abastecimento e, apesar de contar com duas fábricas distintas (uma em Sergipe e outra na Bahia), é considerada no organograma da empresa uma unidade

única de negócio.

Em seminário realizado 03 e 04 de junho em Aracaju, os trabalhadores da FAFEN debateram a situação do setor e a necessidade da Petrobrás ampliar os investimentos, fortalecendo a área de fertilizantes. Os petroleiros reconheceram que é inevitável a reestruturação do setor, questão que já vinha sendo discutida com a empresa desde o final do ano passado. Por isso, reafirmaram no seminário a importância de construir uma proposta que fortaleça o segmento de fertilizantes, dada a sua importância estratégica para o país.

Por entender que o modelo de reestruturação apresentado pela Petrobrás avança neste sentido, os trabalhadores da FAFEN-SE referendaram a proposta da empresa, através de documento enviado à FUP e à Companhia. Os trabalhadores da FAFEN-BA ainda estão avaliando a proposta e se posicionarão na próxima semana.

FIQUE DE OLHO

Reunião com a Petrobrás discute regime de trabalho

Em reunião no dia 08 de julho, a Comissão de Regime de Trabalho deu continuidade à negociação das questões pendentes do ACT relacionadas ao tema. A FUP e os sindicatos cobraram uma resposta da empresa para a situação dos trabalhadores da BGL-1 (Balsa, Guindaste e Lançamento) e da BMA (Base Móvel de Apoio), atividades do Setor de Engenharia. Os trabalhadores da BGL cobram o passivo das horas de viagem a serviço, acumulado desde 1993, e os petroleiros da BMA reivindicam um regime específico de trabalho. A empresa comprometeu-se a responder à Comissão até o início de agosto, quando deverá estar concluindo estudos sobre a situação destes trabalhadores.

Administrativo no campo - A FUP e os sindicatos também cobraram uma solução para os trabalhadores de regime administrativo que se encontram nas áreas terrestres de E&P (RN, BA, ES e AL/SE). A Petrobrás ficou de estudar uma forma de benefício para estes trabalhadores. O RH ainda está levantando os grupos de empregados que estariam enquadrados nesta situação para, então, avaliar os impactos que o benefício representará para a companhia.

CUT: ato em SP por mudanças na política econômica

A CUT-SP, em plenária dia 19, aprovou a realização de um mega ato público no dia 26 de agosto, no Centro de São Paulo, por mudanças na política econômica do governo e pela unificação das campanhas reivindicatórias das categorias em luta. A Executiva da CUT nacional também participou da plenária e voltou a defender mudança de eixo na política econômica do governo Lula, visando a construção de políticas de distribuição de renda. O secretário de Comunicação da CUT, o petroleiro Antônio Carlos Spis, reconheceu que o governo tem problemas, mas afirmou que "não podemos esquecer que este é o nosso governo". "Precisamos continuar o projeto político de Lula. Assim teremos a possibilidade de garantir o direito dos trabalhadores e melhorias nas políticas sociais", declarou.